

## É necessário erradicar a pobreza energética<sup>1</sup>

Carlos Ragazzo<sup>2</sup>

O cenário de crise econômica que teve marco de origem em 2015 resultou na piora de um fenômeno que nem sempre recebe atenção no debate público: a pobreza energética. Esse quadro se caracteriza a partir da identificação de parcela da população que não consome energia suficiente para atender suas necessidades básicas, o que se dá também quando não existe acesso confiável e sustentável à energia, sendo um exemplo clássico a necessidade de utilização de biomassa (lenha, na sua maioria) para cocção residencial.

Dados do IBGE de 2022 apontam que hoje, no Brasil, aproximadamente 35 milhões de pessoas usam fontes poluentes, como lenha ou carvão, para cozinhar, um aumento de 5,5 milhões em relação a 2016. Esse aumento da pobreza energética é preocupante não apenas para a população exposta, mas também para o meio ambiente e a economia, motivo pelo qual seu combate faz parte da Agenda de desenvolvimento sustentável da ONU para 2030.

Combustíveis como carvão e lenha expõem famílias a poluentes altamente tóxicos e prejudiciais ao ambiente e à saúde. Em números, a lenha é 4.070% mais poluente que o GLP e 4.194% mais que o gás natural. Em um cenário de busca pela mitigação dos efeitos da crise climática, um aumento do uso de lenha caminha na direção oposta à desejada. As emissões também geram impactos graves na saúde: a OMS estimou mais de 3 milhões de mortes anuais atribuídas às práticas inadequadas de cocção.

O impacto econômico, no entanto, não é reflexo apenas das perdas em saúde: anualmente e a nível global, aproximadamente 140 milhões de pessoas potencialmente produtivas são desperdiçadas na coleta de lenha e com tempo de cozimento evitável. Considerando que os efeitos sociais da pobreza energética possuem desdobramentos em múltiplas áreas relevantes para o desenvolvimento socioeconômico do país, combater seu crescimento deveria ser objeto de políticas públicas específicas, como já o é em países vizinhos.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/e-necessario-erradicar-a-pobreza-energetica.ghtml>

Acessado em 03.04.2024

<sup>2</sup> professor da Fundação Getúlio Vargas, é ex-conselheiro e ex-superintendente geral do Cade

No contexto da pandemia, foram criados programas de auxílio ao consumo de gás em âmbito estadual e federal, mas praticamente todos pensados por uma ótica de recomposição de poder de compra e não de substituição do uso de lenha para cocção. Destes, vale a menção ao Programa Auxílio Gás dos Brasileiros (PAGB), transferência direta de renda bimestral no valor equivalente à média do preço do botijão de gás nos 6 meses anteriores - para famílias ou inscritas no Cadastro Único com renda familiar mensal até meio salário-mínimo ou para quem recebe o Benefício de Prestação Continuada.

Em 2022, o PAGB beneficiou 5,6 milhões de famílias. Algumas unidades federativas criaram iniciativas semelhantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Piauí e Distrito Federal. No entanto, não foi possível identificar um movimento relevante de substituição do consumo de lenha e aumento do de GLP que resultasse na queda da pobreza energética. Assim, há espaço para aproveitar que a discussão foi iniciada por esses programas e reformulá-los de modo a aumentar o alcance e efetividade.

O ponto de partida passa necessariamente por ajustar o objetivo regulatório para atingir e metrificar redução de pobreza energética, não apenas recomposição de poder de compra. Isso porque transferências diretas de renda, que possuem amplo sucesso como medida de combate à pobreza, não têm sido eficazes em induzir a mudança no comportamento do consumo de combustível para cocção. A percepção de que a lenha é gratuita e a existência de outras prioridades nos gastos da família, notadamente comida e aluguel, fazem com que não haja conversão da renda transferida pelos auxílios para compra de gás em consumo de combustíveis limpos.

Transferências diretas de renda não atendem bem a objetivos de política pública em que há necessidade de induzir não o consumo propriamente, mas um comportamento específico associado a uma necessidade básica em um mercado com certas particularidades. Nesses casos, são recomendadas transferências de renda com destinação específica, que basicamente significa a necessidade de o auxílio ser vinculado à aquisição de um bem específico (no caso concreto, o auxílio precisa estar vinculado ao consumo de uma fonte limpa de cocção, de forma que o beneficiário não possa fazer uso alternativo do dinheiro).

Experiências internacionais como as da Índia, do Peru e da Colômbia podem servir de referência, uma vez que esses países usaram instrumentos modernos de distribuição e processamento de recursos. Entre eles, destacam-se o cashback e cadastros e pagamentos digitais para introduzir a destinação específica sem incorrer nos problemas que programas de voucher tendiam a sofrer. O cashback, em especial, chama atenção. Não só por já estar previsto na reforma tributária brasileira, mas por preservar, em alguma medida, a autonomia do beneficiário no uso dos recursos, já que poderá usar os recursos devolvidos como preferir.

No entanto, esse não é o único modelo: há um menu de soluções disponíveis que podem ser adequadas às condições específicas da população em pobreza energética, que poderão variar desde áreas remotas, com dificuldade de acesso à internet, até áreas urbanas dentro da região metropolitana. Para cada grupo é possível desenhar uma estratégia, passando desde vouchers impressos até transferências utilizando meios de pagamentos modernos, como o Pix, condicionado à compra de um combustível de fonte limpa.

Reservar o recurso e garantir a sua destinação específica não resolve o cenário. Dado que a lenha é percebida - de forma equivocada - como um recurso gratuito e sem impactos negativos à primeira vista, a população precisa ser adequadamente informada por meio de políticas de conscientização sobre os reais custos e riscos do uso de lenha para cocção doméstica. Qualquer programa focado na substituição dessa matriz deve reconhecer que os custos à saúde, ao ambiente e à capacidade produtiva são invisíveis à maioria. Políticas de conscientização podem ter - e na experiência internacional tiveram - um importante papel na mudança do comportamento e maior priorização no consumo de energia adequada.